

# ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Submetido em: 6/9/2024

Aceito em: 3/11/2024

Publicado em: 2/1/2025

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa<sup>1</sup>

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Educação. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2025.122.16399>

## RESUMO

Através da pesquisa bibliográfica e da análise de dados, esse artigo pretende analisar criticamente as diretrizes do plano nacional de educação 2014-2024, entendendo diretriz como formulações que indicam as linhas de ação a serem seguidas que sempre expressas de forma objetiva, em enunciado sintético, e visam delimitar a estratégia geral e as prioridades do Plano maior. Não se pretende aqui analisar as metas e estratégias do plano nacional de educação que receberão trabalho próprio, embora vá se fazer ligações com estes quando for indispensável para a compreensão da análise. Com esse trabalho pretende-se ver onde o Estado cresceu e onde falhou na sua proposição com o plano e fornecer sugestões e novas medidas bem como apontar criticamente e politicamente as causas e consequências das eventuais falhas.

**Palavras chave:** Educação. Plano nacional de educação. Política educacional.

---

<sup>1</sup> Instituto Presbiteriano Mackenzie. Barueri/SP. Brasil. EMEF João Leão. Bauru/SP, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-0668-4015>

## CRITICAL ANALYSIS OF THE GUIDELINES OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN 2014-2024

### ABSTRACT

Through bibliographical research and data analysis, this article intends to critically analyze the guidelines of the national education plan 2014-2024, understanding guidelines as formulations that indicate the lines of action to be followed that are always expressed objectively, in a statement synthetic, and aim to define the general strategy and priorities of the Greater Plan. The aim here is not to analyze the goals and strategies of the national education plan, which will receive their own work, although connections will be made with these when essential for understanding the analysis. This work aims to see where the State has grown and where it failed in its proposal with the plan and provide suggestions and new measures as well as critically and politically point out the causes and consequences of any failures.

**Keywords:** Education. National education plan. Educational policy.

### INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um mandamento constitucional que obriga o Estado a planejar, a cada dez anos, a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades. Não é uma escolha; a Constituição é definida como a “lei fundamental e suprema de um Estado, criada pela vontade soberana do povo” (Baracho, 2010, p. 12). Portanto, não se trata de uma decisão de governo, mas sim de uma obrigação do Estado.

O Estado é o conjunto de instituições políticas dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) que representam, organizam e atendem o povo. Cabe a ele elaborar, aplicar e fiscalizar políticas que promovam o bem-estar e a integração nacionais, sendo o servidor público o responsável pelo cumprimento eficiente dessas funções (como Educação, Saúde e Segurança).

O governo, por sua vez, é uma das instituições que compõem o Estado. Seu dever é administrá-lo por meio da formulação e implementação de medidas que considerem a dinâmica econômica do país, os protocolos internacionais, entre outros fatores. Enquanto o

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Estado abrange toda a sociedade política, o governo é formado por um grupo político, geralmente eleito, para administrar o Estado por um período determinado (Bobbio, 2007).

A Constituição Brasileira determina, em seu artigo 214:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988)

Portanto, foi por meio de uma lei, respaldada pela Constituição, que se instituiu o PNE 2014-2024, com suas diretrizes, objetivos, metas e estratégias, as quais pretendemos analisar. O Plano Nacional de Educação foi aprovado em 2014, após extensas discussões entre representantes da sociedade civil e do Estado. Ele vigora até 2024, apresentando diretrizes, metas e estratégias variadas para orientar a educação brasileira. Nesse sentido, tornou-se um documento extenso e complexo.

Para que possa ser efetivamente utilizado por gestores, educadores e atores sociais, é necessário que seja apresentado de forma mais acessível, permitindo a compreensão de sua lógica e dos principais componentes que o fundamentam. Assim, foi promulgada a Lei n.º 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabeleceu outras providências (Brasil, 2015).

No Brasil, a educação passou a ser tratada como um problema nacional a partir da década de 1930, com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Este documento, lançado em 1932, foi elaborado por um grupo de educadores liderado por Fernando de Azevedo e defendia uma reforma educacional baseada em princípios progressistas, como a educação integral, a valorização da criança como protagonista do próprio aprendizado, métodos pedagógicos inovadores e a responsabilidade do Estado pela educação. Esse manifesto marcou um ponto de inflexão na tentativa de modernizar o sistema educacional brasileiro e influenciou significativamente a educação da época (Saviani, 2005).

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

A partir desse período, houve uma crescente preocupação política com a educação no Brasil. Contudo, foi com a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que certos princípios, como a qualidade e a gestão democrática da educação, começaram a se consolidar.

O PNE apresenta em seu escopo 10 diretrizes, que são reproduzidas abaixo e serão analisadas individualmente:

Art. 2º São diretrizes do PNE:  
 I - erradicação do analfabetismo;  
 II - universalização do atendimento escolar;  
 III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;  
 IV - melhoria da qualidade da educação;  
 V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;  
 VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;  
 VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;  
 VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;  
 IX - valorização dos (as) profissionais da educação;  
 X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Brasil, 2015).

### **I – A erradicação do analfabetismo:**

O Brasil tem uma longa história de analfabetismo. Na maioria de sua história a maioria da população foi analfabeta. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o Brasil tem uma herança a dever no seu início. Durante o Brasil Colônia não se tem muitos dados confiáveis, mas quem era alfabetizado geralmente eram os padres, elites e indígenas com intenção de colonização.

o índio se encontrava à mercê de três interesses, que ora se complementavam, ora se chocavam: a metrópole desejava integrá-lo ao processo colonizador, o jesuíta queria convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus; e o colono queria usá-lo como escravo para o trabalho (Aranha, 2006, p. 141).

Ainda segundo Aranha (op. Cit, p 146) “É certo que os jesuítas conseguiram tornar essas missões autossuficientes, ensinando os índios não só a ler e a escrever, mas a se especializar em diversas artes e ofícios mecânicos, além, é claro, de submetê-los a conversão religiosa”. O fim da Ordem religiosa é descrito por Schwarcz e Starling (2015, p.42-43)

[...] a hegemonia era tal que no século XVIII as Coroas ibéricas extinguiram a ordem. Os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias em 1759, da França em 1762, da Espanha e do reino de Nápoles em 1767, até que em 1773 o papa

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Clemente XIV acabou com a ordem, que teve que esperar até 1814 para ser restaurada, na esteira das mudanças que o mundo conheceu após o furacão chamado Napoleão Bonaparte. [...]. No período em que se projetava a colonização, o destino dos jesuítas andava misturado à história dos próprios indígenas

No Brasil império segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística uma minoria também era analfabeta.

Tabela 3: Número de População Livre que Sabem ler e escrever, analfabetos, Frequentam a escola, Não frequentam a escola (1872).

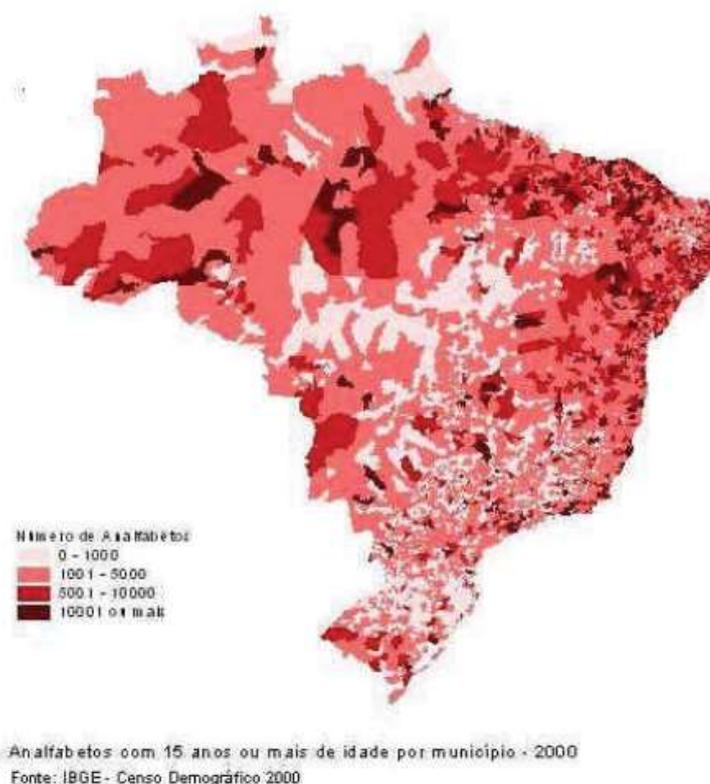
		Sabem ler e escrever	Analfabetos	Frequentam a escola	Não frequentam a escola	Total
	<b>Homens</b>	1.012.097	3.036.602	X	X	X
	<b>Mulheres</b>	550.981	3.519.992	X	X	X
<b>População menor de 6 a 16 anos</b>	<b>Meninos</b>	X	X	155.651	786.131	941.782
	<b>Meninas</b>	X	X	165.098	795.574	960.672

Fonte: Adaptado - IBGE, 1872.

No Brasil Republica a taxa de crescimento de alfabetização era baixa. entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu a 0,4% ao ano; entre 1940 a 1950, o crescimento foi de 0,5% ao ano. (INEP, 2000). Segundo o IBGE observa-se que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu ininterruptamente ao longo do século passado, saindo de um patamar de 65,3% em 1900 para chegar a 13,6% em 2000.

Afora isso, muitos dos ditos alfabetizados não são letrados, á uma diferença entre alfabetização e letramento. Alfabetização é o processo de aprender a ler e escrever, focado na decodificação de letras e palavras. Letramento, por outro lado, vai além da habilidade técnica, envolvendo o uso e compreensão da leitura e escrita em contextos sociais e culturais, integrando habilidades críticas e interpretativas no cotidiano. Letramento é o desenvolvimento das habilidades necessárias para usar a leitura e a escrita de maneira eficaz em diferentes contextos sociais. Envolve compreender e aplicar essas habilidades para interpretar e interagir com textos em situações reais, como no trabalho, em casa e na vida cotidiana.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024



Com os governos progressistas, sobretudo os do PT, a taxa de analfabetismo no Brasil caiu de 9,6% para 7,0% em 12 anos. De acordo com o IBGE, em 2022, o grupo de 15 a 19 anos atingiu a menor taxa de analfabetismo (1,5%). Ainda assim, segundo o mesmo instituto, em 2024, existem 11,4 milhões de analfabetos, número que representa 7% do total da população com 15 anos ou mais. Contudo, as desigualdades permanecem.

Desses 11,4 milhões, 8,3 milhões têm mais de 40 anos, e 55,3% têm 60 anos ou mais. Há, portanto, uma maior prevalência de analfabetismo entre a população mais idosa. Entre a população preta, o percentual de analfabetos é mais que o dobro do registrado entre brancos. Regionalmente, a taxa de analfabetismo no Nordeste é o dobro da média nacional, com 14% da população incapaz de ler e escrever, enquanto na região Norte esse índice chega a 12,5%.

Apesar de o Nordeste ter apresentado significativas melhorias na qualidade da educação nos últimos anos (Barros; Franco; Mendonça, 2007), a quantidade de pessoas alfabetizadas ainda deixa a desejar, especialmente nos municípios mais interioranos do sertão.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

O PNE teve certo sucesso na redução do analfabetismo, mas ainda há muito a ser feito nesse aspecto. Seguem, portanto, algumas sugestões:

1. **Elaborar um programa de busca ativa** e investir de forma significativa na alfabetização de jovens e adultos, atendendo a 3,1 milhões de analfabetos dessa faixa etária.
2. **Criar um programa específico para pessoas com mais de 40 anos**, considerando as particularidades dessa população, com ênfase na educação de adultos no campo.
3. **Desenvolver ações direcionadas à população preta**, para reduzir as desigualdades no acesso à alfabetização.
4. **Investir em infraestrutura no sertão nordestino e na Amazônia**, incluindo a construção de estradas e a implantação de transporte ribeirinho com escolas flutuantes no Norte e escolas fixas no sertão. Essas instituições devem atender tanto crianças quanto adultos.
5. **Ampliar pesquisas sobre letramento**, indo além da alfabetização básica, e desenvolver estratégias para combater a evasão escolar de forma mais efetiva

### II - Universalização do atendimento escolar;

A universalização do atendimento escolar refere-se à diretriz de garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso à educação, independentemente de sua localização, condição econômica, raça ou qualquer outro fator. O objetivo é assegurar que a educação seja um direito universal, alcançando todos os segmentos da população e eliminando desigualdades no acesso e na qualidade do ensino. Essa universalização envolve diversos aspectos.

Alguns desses aspectos incluem:

1. **Infraestrutura escolar** - Garantir que existam escolas suficientes e bem equipadas em todas as regiões, incluindo áreas rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras localidades desfavorecidas.
2. **Qualidade da educação** - Além de assegurar o acesso, é fundamental que a educação oferecida atenda a um padrão mínimo de qualidade, conforme previsto no artigo 3º, inciso IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Isso inclui currículos adequados e investimentos na capacitação de professores.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

3. **Prática da inclusão** - A educação deve ser inclusiva, atendendo a crianças com necessidades especiais e promovendo a igualdade de oportunidades para todos. é um modelo educacional que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças (como deficiência, raça, gênero, classe social, saúde, condição mental-neurológica, condição física ou qualquer outra característica), tenham acesso igualitário à aprendizagem. Esse modelo promove a inclusão de estudantes com necessidades especiais ou vulnerabilidades em escolas regulares, adaptando o ambiente, os recursos e as práticas pedagógicas para atender às suas necessidades específicas, sempre valorizando a diversidade e combatendo a exclusão.
4. **Políticas públicas** - É necessário implementar políticas que incentivem a matrícula e a permanência dos alunos na escola, como programas de alimentação escolar, transporte e apoio financeiro para famílias de baixa renda (como por exemplo o programa Pé – de – Meia<sup>2</sup>).
5. **Promover ensino de qualidade:** Capacitar professores e adotar currículos e materiais atrativos e adequados. Desenvolver conteúdos atualizados, contextualizados e que atendam às necessidades dos alunos. Garantir escolas seguras, acessíveis e equipadas com recursos tecnológicos. Monitorar o desempenho dos alunos e ajustar práticas pedagógicas com base nos resultados. Engajar famílias e a sociedade no processo educativo, fortalecendo o vínculo escola-comunidade. Foco no aluno - Priorizar estratégias que estimulem o protagonismo e a autonomia dos estudantes no aprendizado.
6. **Combater a evasão escolar:** Desenvolver ações de busca ativa e apoio psicológico e social para alunos em situação de risco.

Darcy Ribeiro, que tanto contribuiu para a educação brasileira, lança o desafio:

Nosso desafio é criar no Brasil, aqui e agora, o que chamo de pequena utopia e que, para mim, é o grau de desenvolvimento social generalizado a toda a população que tem tantos países com o mesmo nível de desenvolvimento econômico que o nosso. Falo daqueles países em que todo mundo come todo dia; em que todo cidadão e toda cidadã de mais de 14 anos que pretenda trabalhar encontra um emprego; em que todas as crianças fazem curso primário. (Ribeiro, 1984, p. 8)

---

<sup>2</sup> O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. Seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de promover a inclusão educacional e estimular a mobilidade social. (BRASIL.2024).

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

De acordo ainda com o relatório do Inep, pelo menos 16 das 20 metas estabelecidas pelo PNE não avançaram. Em relação às matrículas, a meta 1 previa a universalização do acesso à escola para crianças de 4 e 5 anos em 2016. Entretanto, o índice passou de 89,1%, em 2014, para 91,6%, em 2016.

O mesmo ocorre nas demais etapas da educação básica. O plano prevê, ao seu fim, que 95% da população de 16 anos tenha concluído o ensino fundamental. O índice, porém, passou de 73,4%, em 2014, para 75,9%.

Em termos de matrículas, a meta 1 previa a universalização do acesso à escola para crianças de 4 a 5 anos em 2016. No entanto, o percentual passou de 89,1% em 2014 para 91,6% em 2016.

A mesma situação ocorre em outras etapas da educação básica. O plano prevê, por fim, que 95% da população de 16 anos tenha concluído o ensino fundamental. Entretanto, o índice passou de 73,4% em 2014 para 75,9%.

Pela análise houve um grande crescimento de matrículas nos anos iniciais, mas ainda há muito que fazer para evitar a evasão escolar. Abriu-se mais a torneira, mas não se fechou direito o ralo.

Para ter sucesso na universalização da Universalização do atendimento escolar é preciso ter como meta 100% das matrículas iniciais investindo em escola de difícil acesso e transporte digno para alunos e professores e combater a evasão escolar. Para evitar a evasão escolar de forma efetiva, é essencial identificar as causas, estabelecer estratégias personalizadas, fortalecer o relacionamento com os alunos e famílias, investir em qualificação docente e criar um ambiente acolhedor e inclusivo na escola.

### **III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;**

Existem diversos tipos de desigualdades educacionais: regionais, cognitivas, discriminatórias, econômicas, raça, sexo e gênero, dentre outras. As regionais é que existem regiões com mais acesso à educação do que outras, se existe a diretriz de um país inteiro todas regiões devem ter o mesmo padrão de qualidade de ensino. As cognitivas: se devem as limitações da inclusão, é necessário analisar as políticas de inclusão para no mínimo dar autonomia ao aluno. As discriminatórias decorrem da discriminação de cor, raça, religião ou orientação sexual. As econômicas dizem respeito as áreas mais vulneráveis.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Por exemplo, Rocha e Valentina (2023) comprovam que pessoas LGBTQIA+ apresentam altos índices de desinteresse escolar e, conseqüentemente, baixo desempenho, gerando desigualdade para esse grupo devido aos preconceitos enfrentados. Aquino (1997) afirma que áreas economicamente vulneráveis (como periferias) apresentam mais desigualdades educacionais em comparação aos centros urbanos. Pretos têm maiores índices de fracasso escolar (Alves; Ortigão; Franco). Gildo (2023) denuncia que, embora a qualidade da educação na região Nordeste tenha melhorado significativamente nos últimos anos, o alto índice de evasão escolar persiste, especialmente no sertão.

Para diminuir as desigualdades é necessário promover a cidadania nas escolas trabalho e capacitação de alunos e professores contra as formas discriminatórias e investimento nas áreas mais vulneráveis. Uma das principais tarefas da escola é ensinar os seus alunos a serem cidadãos. Ou seja, ensinar a eles como lidarem com problemas sociais e participarem ativamente da realidade que os cerca. A ideia é trabalhar a ideia de que, independentemente da idade, todos podem cultivar hábitos que causam um impacto positivo na sociedade, como solidariedade, compaixão, empatia, cooperação e respeito.

Ao aprenderem cidadania desde a educação básica, os alunos podem se reconhecer como membros da comunidade, tornando-se adultos conscientes, capazes de conviver e atuar socialmente de maneira respeitosa.

A promoção da igualdade, inclusão e dignidade dos cidadãos, assegurando acesso equitativo a serviços públicos essenciais e oportunidades para diferentes grupos, é essencial. Quando os estudantes se sentem parte da comunidade escolar, e há esforços contínuos para combater a discriminação e investir na equidade escolar — especialmente nas áreas mais vulneráveis —, as desigualdades educacionais tendem a diminuir.

### **IV - Melhoria da qualidade da educação;**

O tema da qualidade no PNE 2014-2024 está explicitado em 2 dos seus 14 Artigos, bem como em 9 das suas 20 metas, abarcando 25 estratégias das 254 que o compõe na totalidade. A escola tem que ter um padrão mínimo de qualidade.

A Emenda Constitucional nº 108/2020, que alterou o artigo 211, consagra o Custo-aluno qualidade (CAQ) como referência para garantir condições adequadas de ensino para as escolas públicas, definindo como uma das funções da União a garantia de “equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (BRASIL, 1988, art. 11; §1º). O padrão mínimo

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

de qualidade deverá considerar as “condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade” (BRASIL, 1988, art. 11; §2º in: Silveira; Schneider; Alves, 2023).

Isso significa que a referência para o padrão mínimo de qualidade é o quanto se gasta por aluno. Segundo o Censo Escolar 2023, o Brasil possui mais de 47 milhões de estudantes registrados, considerando todas as etapas educacionais, distribuídos em 178,5 mil escolas.

O Ministério da Educação (MEC) encerrou o ano de 2023 celebrando um investimento histórico na educação básica. Com um orçamento de R\$ 9,6 bilhões, o MEC alcançou uma execução orçamentária (empenho) de 99,5%, e os pagamentos atingiram 94,5% da dotação total. Contudo, mesmo com esses números, o cálculo do investimento médio é de apenas **R\$ 21,00 mensais por aluno** na escola pública. Apesar da quase universalização do pagamento (99,5%), o investimento por estudante ainda é baixo.

Segundo notícia da CNN, a pasta deverá ter um aumento expressivo no volume de recursos para 2024, o primeiro ano sob a nova legislação para as contas públicas. De acordo com o projeto de Orçamento de 2024 apresentado ao Congresso pelo governo, a verba destinada à educação será ao menos **8% maior** do que a de 2023. O valor passará de R\$ 99,6 bilhões para R\$ 108,3 bilhões (Elias, 2023). Mesmo com esse aumento, o investimento por aluno continuará sendo insuficiente. Ribeiro (1984) defende que o investimento em educação deve ser uma prioridade nacional.

Qualidade na educação é um conceito multifacetado que se refere a diversos aspectos que garantem um processo educacional eficaz e enriquecedor. É necessário para a qualidade na educação: Currículo Relevante e Atualizado. Um currículo que aborde conteúdos relevantes e esteja alinhado com as necessidades atuais da sociedade e do mercado de trabalho. Ele deve estimular o pensamento crítico, a criatividade e a aplicação prática do conhecimento. Devemos lembrar que a BNCC foi discutida a revelia do povo e de especialistas da educação (Merli, 2019). Outro fator que aumenta a qualidade são Metodologias de Ensino Eficazes e a contento com a realidade do aluno O uso de métodos de ensino que promovam o engajamento dos alunos, a compreensão profunda dos conteúdos e a aplicação prática do conhecimento. Um dos principais fatores que aumentam a qualidade de ensino é investimento na Qualidade do Corpo Docente. Professores bem treinados, motivados e capacitados são essenciais para a qualidade da educação. Isso envolve formação

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

contínua, desenvolvimento profissional e suporte adequado para que possam desempenhar seu papel de maneira eficaz. É fundamental também existir uma, Infraestrutura Adequada, Ambientes de aprendizagem bem equipados e seguros, que promovam um espaço favorável ao estudo e à prática. Isso inclui salas de aula bem estruturadas, acesso a tecnologias e recursos educacionais, e condições físicas adequadas. É preciso Apoio ao Aluno. Suporte adicional para atender às necessidades individuais dos alunos, incluindo acompanhamento acadêmico, orientação psicológica, social e apoio a dificuldades específicas de aprendizagem. A presença de psicólogos em escolas públicas é uma obrigação legal. A Lei 13.935/2019 determina que escolas da rede básica de ensino público devem ter psicólogos e assistentes sociais em seus quadros. Mas apenas 85 escolas cumpriram a norma até setembro de 2023.

Como se percebe ainda há que se fazer muito para a excelência em qualidade da educação e não pensar só em termos econômicos, mas sociais.

### **V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;**

Ao invés de propor críticas ao trabalho e às resistências de intelectuais como Ribeiro e Florestan Fernandes, as políticas educacionais não escaparam da sanha neoliberal dos governos Sarney, Collor e FHC. A visão neoliberal tende a tratar a educação como um mercado, onde os alunos são vistos como consumidores e preparados para mão-de-obra pouco qualificada e as escolas como fornecedores de serviços. Isso pode levar a uma maior comercialização da educação e a um foco em resultados tangíveis e financeiros.

Tal visão cria desigualdade e exclusão. Críticos do neoliberalismo na educação argumentam que essas políticas podem acirrar desigualdades, pois escolas privadas ou subsidiadas por vouchers podem não estar igualmente acessíveis a todos os estudantes, especialmente àqueles de famílias com menos recursos. Além disso, a competição pode favorecer instituições que já possuem melhores condições e recursos. O enfoque no mercado de trabalho, por sua vez, relega os alunos de escolas públicas a profissões menos qualificadas e uma preparação menos crítica.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Existe uma ênfase crescente em preparar os alunos para o mercado de trabalho e em alinhar a educação com as demandas do mercado. Isso pode significar a priorização de habilidades práticas e técnicas em detrimento de uma educação mais ampla e humanística.

Propor a formação para o trabalho, ao invés de uma crítica sobre o mundo do trabalho, cria uma contradição em relação à segunda proposta, que é a cidadania apontada no item III. Quem é formado para o trabalho de forma acrítica é levado à alienação (Thébaud-Mony; Druck, 2007) e tem poucas chances de construir uma práxis crítica e cidadã.

Do mesmo modo, educar com ênfase nos valores morais e éticos que fundamentam a sociedade envolve a pergunta: que sociedade queremos criar? Se é uma sociedade conservadora e neoliberal, os valores da educação serão voltados para esse tipo de construção social. Se a sociedade que queremos é justa, crítica e humanista, a educação deve propor esses valores.

O grande defeito de se criar uma conscientização voltada para o segundo tipo de sociedade é que as condições de educação pouco permitem que os alunos se interessem pela construção de uma sociedade assim. O excesso de currículo, o ferrenho combate às ciências humanas em favor de disciplinas como economia financeira e o ataque neoliberal com a reforma do ensino médio (Duarte; Derisso, 2017) atrasam consideravelmente a construção desse tipo de sociedade que o povo precisa.

Para avançar nessa diretriz, é preciso reconstruí-la. A proposta do PNE 2024-2034, ainda não totalmente aprovada e que pode ser alterada pelo legislativo mais conservador desde 1964, não prevê a preparação para o mundo do trabalho, mas manteve a diretriz X – a promoção dos direitos humanos, do respeito à diversidade e da sustentabilidade socioambiental. Portanto, há um fio de esperança de que a educação se baseie em valores mais críticos.

### **VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;**

Gestão democrática da educação pública refere-se a um modelo de administração escolar que busca envolver diferentes segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões e na administração das instituições de ensino. Esse modelo enfatiza a participação ativa de professores, pais, alunos e outros stakeholders na definição de políticas, na gestão dos recursos e na criação de estratégias educacionais.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

De acordo com Paro (1986, p. 14) em seu trabalho “A utopia da Gestão escolar democrática”, há uma dicotomia entre a gestão democrática e o sistema hierárquico escolar. Embora se coloque formalmente todo o poder nas mãos do diretor que quer promover uma gestão democrática, ele não possui autonomia em relação aos níveis superiores e enfrenta condições precárias para o desenvolvimento das atividades escolares. Assim, sua principal preocupação continua sendo a dificuldade de administrar com a constante falta de recursos.

A escola tem autonomia nos seus destinos ao poder construir seu projeto político-pedagógico (PPP).

A principal possibilidade de construção do Projeto Político Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, da sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o Projeto Político Pedagógico dará indicações necessárias à organização do trabalho (Veiga, 1995, p.14)

Para Saviani (1983, Pág. 62), a escola está a serviço da classe dominante e discursa historicamente na mudança do caráter da escola em atendimento às necessidades dessa classe e só assim seria democrática. Ele defende a “pedagogia revolucionária”, que é crítica e “consiste na superação da crença na autonomia ou na dependência absolutas da educação em face das condições sociais vigentes [...] Uma pedagogia articulada com interesses populares [...] estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes; [...] favoreceram o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente;”.

Afora isso existe a pouca tradição democrática no Brasil perpassado a maior parte da sua história por governos colonizadores, imperiais, oligarcas e ditatoriais, fazendo com que haja pouca ou nenhuma participação dos pais e alunos nos destinos da escola. Isso aliado com a falta de cultura e educação das gerações passadas.

Embora já haja vários avanços como a construção coletiva do PPP, associação de pais e mestres, conselho de escola, conselho de educação, CACS, CAI e outros conselhos, há de se avançar muito na real gestão democrática da escola.

Assim para a escola ser realmente democrática há de se enfrentar principalmente três dificuldades: primeira – dar autonomia total financeira a escola, Darcy Ribeiro afirma “a escola tem que pertencer a ela mesma, não há um burocrata lotado na secretaria de educação (1984, p. 53)”. Segunda – estruturar uma pedagogia revolucionária de acordo com

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

as necessidades populares e por fim criar conscientização da população para que participe dos conselhos e destinos da escola.

### **VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;**

A promoção humanística nas escolas refere-se à integração de valores e práticas que visam o desenvolvimento pleno do ser humano, promovendo uma educação que vai além do simples aprendizado acadêmico para incluir o crescimento emocional, social e ético dos alunos. Esse enfoque busca formar indivíduos não apenas competentes em suas áreas de estudo, mas também conscientes de suas responsabilidades sociais, empáticos e capazes de viver de maneira ética e colaborativa. Inclui a promoção de habilidades socioemocionais, como empatia, resiliência, e habilidades de comunicação. Os alunos aprendem a reconhecer e gerenciar suas emoções, além de desenvolver habilidades para interações saudáveis e construtivas com os outros. Ensina e promove o respeito pela diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero. As escolas devem criar um ambiente inclusivo onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

A educação até tenta promover isso, mas ainda enfrenta a existência de valores externos que culminam em Bullying, preconceito e violência. Ou seja, vivemos uma crise ética que, segundo Arendt dá se através desses mesmos preconceitos:

[...] uma crise só se torna um desastre quando a ela respondemos com julgamentos preconcebidos, isto é, com preconceitos. Uma atitude como essa não apenas aguça a crise como nos priva da experiência do real e da oportunidade que ele nos proporciona de refletir. (ARENDR, 2006, p. 171, tradução nossa).

Uma escola humanista é aquela que promove práticas e valores que ajudam a resolver conflitos de maneira pacífica e justa, e que fomentam um ambiente escolar livre de violência e discriminação e encoraja os alunos a participar ativamente das decisões escolares e comunitárias, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e democrático. Segundo Carvalho (2017, p. 1028):

O que importa é a iniciação dos mais novos em um diálogo com um legado de realizações e experiências simbólicas que representem os esforços humanos não só a fim de prover sua subsistência, mas também de atribuir um sentido à sua existência social e política; um esforço histórico de constituição do humano a partir das diversas linguagens às quais os homens recorrem na busca de compreensão de sua condição de habitante de um mundo que se estende para além de sua existência individual, tanto no passado como no futuro. O ideal humanista de educação se apresenta, nesse sentido, como um tempo de formação no qual cada novo habitante do mundo é reconhecido como um sujeito de aprendizagem;

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

e como um espaço de formação no qual, a partir do diálogo com uma pluralidade de vozes e linguagens que herdamos do passado, constituímos-nos como sujeitos do presente.

A promoção científica, embora esteja em todos os currículos, enfrenta sérios obstáculos de natureza financeira. A grande maioria das escolas públicas do país não tem laboratório de ciências. Somente algumas escolas públicas de Elite como institutos federais, Colégio Dom Pedro, colégios militares, CETEPS, ETECS e que são para uma minoria é que contam com produção científica e profissional de certa qualidade

Outro problema é a cada vez mais crescente falta de professores. Dos profissionais dos cursos de biologia, física e química são poucos que adquirem a licenciatura preferindo ir para o mercado de trabalho onde o salário é mais atraente rareando cada vez mais os professores de ensino médio, os licenciados em ciências que atuam no fundamental II também vão ficando cada vez mais raros devido à desvalorização do professor (Gatti, 2010).

A sanha neoliberal também criou um sem número de cursos EaD baratos, que formam professores em ciências que não passaram pelo crivo de uma pesquisa bem feita. Não se forma professores, sobretudo de ciências sem pesquisa (idem).

Souza e Borges (2023) apontam uma solução que o governo Lula afirma: o programa mais ciência na escola, que promete injetar 100 milhões de reais para aplicação do ensino de ciências nas escolas. Superado o problema de financiamento só falta programa que promovam benefícios e bolsas para licenciados das áreas científicas. Assim se poderá promover a ciência na escola com mais facilidade.

A promoção cultural é a que se encontra menos dificuldade para sua aplicação. A LDB e a BNCC dão liberdade para a produção cultural com certa liberdade, inclusive a promoção de culturas regionais. É comum em escolas apresentação de folclore, artes dentre outras manifestações. Há um grande esforço da equipe escolar para isso.

A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Após essa lei houve certo enriquecimento na promoção da cultura brasileira.

No entanto ainda falta várias manifestações culturais como música, teatro, dança dentre outros. A música e a dança são obrigatórias no ensino de artes e educação física segundo Art. 26. § 6º da LDB, no entanto nem todos professores tem formação para isso. O correto era ter, no projeto de ensino integral, professores licenciados em música, dança e

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

teatro. Outras formas de arte como fotografia e produção fílmica foram estimuladas pela democratização dos telefones celulares. Para resolver essas falhas basta um pouco mais de capacitação de professores e investimento público.

A promoção tecnológica enfrenta os mesmos problemas da promoção científica, falta de estrutura, laboratórios, material e principalmente falta de professores capacitados. Somente nos colégios técnicos como institutos federais, colégios militares, CETEPS, ETECS é que há uma produção tecnológica e de qualidade, mas como já dito é para uma minoria. O ideal seria estender a produção científica e tecnológica para todas escolas de ensino médio, sem, no entanto, diminuir as disciplinas críticas e humanistas para não haver alienação. O ideal era juntar todas essas matérias numa práxis de conscientização e crítica para o mundo do trabalho.

### **VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;**

Um dos objetivos do PNE era chegar a 2024 garantindo 10% do PIB para educação. Mas até 2020, o investimento médio era de 5,1% do PIB. Investir em educação é crucial por várias razões

**Desenvolvimento social:** A educação oferece as ferramentas para que indivíduos adquiram conhecimento e habilidades que expandem suas oportunidades e potencial de realização pessoal e conviver melhor em sociedade. **Crescimento Econômico:** Um sistema educacional forte contribui para a formação de uma força de trabalho qualificada, o que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico. Pessoas educadas tendem a ser mais produtivas e inovadoras, o que beneficia a economia como um todo. **Redução da Desigualdade:** A educação é um dos meios mais eficazes para diminuir desigualdades sociais. Oferecendo acesso igualitário à educação, é possível criar oportunidades para pessoas de diferentes origens e contextos. **Melhoria da Saúde e Bem-Estar:** Há uma correlação entre educação e saúde. Pessoas com maior nível educacional tendem a ter melhor acesso a informações sobre saúde, práticas mais saudáveis e melhor qualidade de vida. **Fortalecimento da Democracia:** Uma população bem informada é fundamental para o funcionamento eficaz de uma democracia. A educação capacita cidadãos a participar ativamente na vida política e a tomar decisões informadas. Investir em educação é, portanto, uma estratégia de longo prazo que beneficia tanto os indivíduos quanto a sociedade em geral.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

A relação entre PIB (Produto Interno Bruto) e educação no Brasil é complexa e multifacetada. Aqui estão alguns pontos - chave sobre como esses dois fatores estão interligados. O crescimento econômico, medido pelo aumento do PIB, pode proporcionar mais recursos para investimentos em educação. Um PIB mais alto permite ao governo arrecadar mais impostos e, portanto, investir mais em escolas, salários de professores e infraestrutura educacional. Com um PIB maior, há mais possibilidades de melhorar a qualidade da educação através de melhores salários para professores, infraestrutura escolar moderna e programas educacionais mais eficazes.

No Brasil, há grandes desigualdades regionais em termos de acesso à educação e qualidade do ensino. Essas desigualdades afetam a capacidade de diferentes regiões de contribuir igualmente para o PIB nacional. Em períodos de crise econômica típicos do capitalismo, os investimentos em educação muitas vezes são reduzidos, o que pode prejudicar a formação de capital humano e, a longo prazo, o crescimento do PIB. Estudos mostram que há uma relação positiva entre o nível educacional da população e o crescimento do PIB per capita. Em geral, países com níveis mais altos de educação tendem a ter economias mais dinâmicas e inovadoras. No Brasil, indicadores como a taxa de conclusão de ensino médio e superior estão relacionados ao desempenho econômico. Melhorar esses indicadores pode ter um efeito positivo no crescimento econômico. Em resumo, há uma interdependência entre PIB e educação no Brasil. Melhorar a educação pode contribuir para o crescimento econômico sustentável e, por sua vez, um PIB mais alto pode proporcionar mais recursos para investir em educação. No entanto, é crucial enfrentar desafios como desigualdades regionais e garantir investimentos contínuos e eficazes para maximizar os benefícios mútuos. Segundo Monledave (2014, p.68)

Ora, três variáveis históricas reais incrementaram a necessidade de novos e vultosos investimentos: o aumento de demanda por escolarização (maior população urbana); aumento de demanda de escolaridade (novos níveis de ensino), rumo à educação superior; aumento das exigências de qualidade do processo educativo escolar. Essas razões não somente fatos observáveis e registrados estatisticamente, como tendem a se acentuar nos próximos anos. As demandas quantitativas – mesmo com a queda da taxa de natalidade – são crescentes, inclusive numa faixa nova e pouco atendida, a da educação infantil. Já as demandas qualitativas se impõem pelo advento de novas tecnologias, pela necessidade de maior capacitação para o mundo do trabalho e pelo imperativo da volta à jornada curricular integral, como única forma provada de se superar o fosso das desigualdades sociais e os desafios da qualidade na aprendizagem.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Não há artigo na CF, LDB ou outra lei que institua a obrigatoriedade do PIB em educação e que determinam quanto dos recursos públicos devem ser destinados ao setor educacional provindos do PIB, há o art. 212 da CF que não vincula há PIB, mas em impostos. A Constituição Brasileira estabelece que a União, os Estados e os Municípios devem investir uma porcentagem mínima de suas receitas em educação. A União deve investir pelo menos 18% de suas receitas, enquanto os Estados e Municípios devem investir pelo menos 25%. Essas porcentagens são revisadas periodicamente e podem ser ajustadas para garantir que o financiamento seja adequado às necessidades educacionais.

Cada governante, quando chega ao poder, não pode usar o dinheiro público como bem entender. Para garantir a educação de todas e todos, a Constituição Federal estabelece um mínimo de gastos anuais que União, estados, Distrito Federal e municípios devem destinar às políticas de educação. São as chamadas despesas obrigatórias com o ensino. (RIZZI, GONZALEZ; XIMENES, 2011, p. 43)

Em muitos países, essa obrigatoriedade é estabelecida para garantir que a educação receba um financiamento adequado e consistente. No Brasil, a obrigatoriedade de investimento em educação está claramente definida e regulamentada por leis e normas específicas. Aqui estão alguns aspectos importantes sobre essa obrigatoriedade. O Fundeb é um fundo que contribui para o financiamento da educação básica em todos os níveis, com a participação de recursos de diversas esferas governamentais. É um mecanismo importante para garantir que os recursos destinados à educação sejam distribuídos de forma equitativa e eficaz. A obrigatoriedade de destinar uma parte do PIB para a educação ajuda a assegurar que o setor receba o financiamento necessário para funcionar e melhorar, independentemente das variações econômicas.

Embora haja uma obrigatoriedade de investimento, é crucial que os recursos sejam bem administrados e direcionados para áreas que realmente impactem a qualidade da educação. Mesmo com a obrigatoriedade, pode haver disparidades no acesso e na qualidade da educação entre diferentes regiões do país, o que exige políticas adicionais para equilibrar essas desigualdades.

A obrigatoriedade de investimento em educação é uma ferramenta essencial para garantir que o setor receba os recursos necessários para oferecer uma educação de qualidade e promover o desenvolvimento social e econômico. É uma forma de compromisso com o futuro da sociedade, assegurando que a educação seja uma prioridade nacional.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Se a diretriz era aumentar o PIB e a meta 20 era:

META 20 Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. (Brasil, 2015)

Houve uma falha na meta e na diretriz sendo que o país não alcançou 5,2% do PIB em 2022, a meta foi repetida no PNE 2024-2034 provando a falha tentada e não alcançada (Brasil, 2023)

### **IX - valorização dos (as) profissionais da educação;**

Os governos desenvolvimentistas criaram um piso nacional dos professores que já era uma luta muito antiga dos profissionais de educação. O valor mínimo estabelecido pelo governo para o *salário* de um professor no exercício de 2024 passou então para R\$ 4.580,57. Houve melhoras, mas nem tanto. Está também nas metas do PNE “META 17 Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (Brasil, 2015)

O MEC decidiu que o reajuste do Piso do Magistério para 2024 será inferior à previsão inflacionária de 2023, que é de 4,72%, conforme indicado pelo IBGE. No dia 29 de dezembro de 2023, foi publicada uma edição extra do Diário Oficial da União contendo a Portaria Interministerial MF/MEC nº 7, que atualizou as estimativas de custos per capita do FUNDEB para 2023, fixando o valor em R\$ 5.315,56.

Como resultado, o Piso do Magistério para 2024 será ajustado para R\$ 4.580,57, uma vez que o percentual de variação do Valor Aluno Ano do Ensino Fundamental Urbano (VAAF) do FUNDEB entre 2022 e 2023 foi de 3,62%. Esse percentual é significativamente menor do que os 33% registrados em 2021 e quase 15% em 2022.

A valorização do professor é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e para a qualidade da educação. Aqui estão alguns pontos que destacam a importância desse reconhecimento e apoio, quando se refere a professor se inclui também, coordenadores, supervisores, orientadores e diretores e outros profissionais da educação descritos no art. 61 da LDB:

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Brasil, 1996)

Professores valorizados tendem a estar mais motivados e engajados, o que melhora a qualidade do ensino e o desempenho dos alunos. O reconhecimento e o apoio adequados podem aumentar o comprometimento com o trabalho e a dedicação ao desenvolvimento dos alunos. A valorização inclui oportunidades para capacitação e desenvolvimento profissional, o que permite aos professores aprimorar suas habilidades e adotar novas metodologias de ensino.

Salários justos e boas condições de trabalho atraem novos talentos para a profissão. A valorização ajuda a criar uma imagem positiva da carreira docente, o que é crucial para atrair jovens talentos para a educação. Reconhecer e recompensar o trabalho dos professores contribui para a retenção de profissionais experientes e qualificados. A alta rotatividade de professores pode prejudicar a continuidade e a estabilidade do processo educacional.

Professores valorizados e motivados são mais propensos a investir tempo e esforço no desenvolvimento integral dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais enriquecedor e eficaz. Professores que se sentem valorizados servem como modelos positivos para os alunos, mostrando a importância do trabalho árduo e da dedicação. A valorização do professor eleva o status da profissão, promovendo um maior respeito e prestígio social. Isso também ajuda a combater a desvalorização que pode ocorrer em algumas sociedades. Professores valorizados contribuem para a formação de cidadãos mais bem preparados e conscientes, impactando positivamente a sociedade a longo prazo.

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Valorização envolve também melhores condições de trabalho e infraestrutura adequada, o que facilita o processo de ensino-aprendizagem e contribui para um ambiente mais produtivo e menos estressante. Oferecer salários competitivos e benefícios justos é uma forma de valorização que ajuda a garantir que os professores possam se concentrar em seu trabalho sem preocupações financeiras excessivas. Investir na valorização dos professores não é apenas um ato de reconhecimento, mas uma estratégia essencial para garantir uma educação de alta qualidade e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Se está na meta e na diretriz que a valorização seria comparável demais profissionais com escolaridade equivalente, ocorreu mais uma falha, no estado de São Paulo, o policial militar que só exige ensino médio ganha como salário inicial em 2024 R\$ 4.833,27, o oficial de justiça de São Paulo que só exige ensino médio tem remuneração total mensal R\$ 7.500, ou seja, mais que o professor. Pode ser que um professor com doutorado e muitos anos de carreira chegue a ganhar cerca de R\$ 10.000 no estado de São Paulo, mas um juiz, sem doutorado é de R\$ 32.350,05 mais benefícios que podem chegar a R\$ 45.000,00. Assim a valorização dos profissionais de educação é mais uma diretriz não alcançada.

### **X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.**

Gostaríamos de afirmar que houve um grande sucesso nessa diretriz, mas o número de bullying, mortes de homossexuais, desprezo as diferenças, falta de conscientização ambiental demonstra uma grande falha ainda nessa diretriz.

Promover os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Aqui estão algumas abordagens para integrar e fomentar esses princípios. Para tanto é preciso - Currículo Inclusivo: Integrar temas relacionados aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade nos currículos escolares e universitários, promovendo uma compreensão abrangente desses temas desde cedo implementar políticas que promovam a igualdade de oportunidades e combate à discriminação em todas as áreas, como emprego, educação e acesso a serviços. Promover a diversidade em todas as suas formas, incluindo gênero, etnia, religião, orientação sexual e habilidades, tanto no ambiente de trabalho quanto nas instituições educacionais. Adotar práticas de sustentabilidade em

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

todas as operações, como redução de resíduos, uso eficiente de recursos e práticas ecológicas.

É preciso investir na Formação de Professores: Oferecer treinamento contínuo para educadores sobre como abordar e ensinar esses temas de maneira eficaz e sensível. Campanhas de Conscientização. Realizar campanhas informativas e educativas na comunidade e no ambiente de trabalho sobre a importância dos direitos humanos, da diversidade e da sustentabilidade.

A gestão democrática é um grande passo nessa direção. Isso garante que as decisões e políticas considerem as perspectivas de grupos diversos e marginalizados, promovendo a participação ativa de todos os segmentos da sociedade e que as decisões e políticas considerem as perspectivas de grupos diversos e marginalizados, promovendo a participação ativa de todos os segmentos da sociedade envolvendo comunidades locais em iniciativas de sustentabilidade e direitos humanos, garantindo que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e atendidas.

É preciso promover também a Colaboração Multissetorial. Trabalhar em parceria com ONGs, instituições acadêmicas, empresas e governos para promover e implementar iniciativas relacionadas aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade. Garantir que todos os indivíduos tenham acesso a direitos básicos como saúde, educação e segurança, e que haja mecanismos para a denúncia e resolução de violações. Compartilhar experiências e boas práticas entre organizações e comunidades para melhorar continuamente as abordagens e soluções.

Promover os princípios de respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental é um esforço contínuo que requer compromisso, educação e ações concretas. A integração desses princípios em todos os aspectos da vida social, econômica e ambiental é essencial para criar um futuro mais justo e equilibrado.

A promoção da diversidade nas escolas gera diversos desafios. Diversidade é relevante no atual contexto na educação, que prima pelo respeito às diferenças. Diversidade é a partir do momento em que a escola desenvolve um trabalho voltado para atender a sua clientela heterogênea sem exclusão. A escola não pode isentar-se do compromisso com os mais necessitados e fragilizados por um sistema desumano e preconceituoso

O reconhecimento dos diversos recortes dentro da ampla temática da diversidade cultural (negros, índios, mulheres, portadores de necessidades

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

especiais, homossexuais, entre outros) coloca-nos frente a frente com a luta desses outros grupos em prol do respeito. A diferença coloca-nos também diante do desafio de implementar políticas públicas em que a história e a diferença de cada grupo social e cultural sejam respeitadas dentro das suas especialidades sem perder o rumo do diálogo, da troca de experiências e da garantia dos direitos sociais. A luta pelo direito e pelo reconhecimento das diferenças não pode se dar de forma separada e isolada e nem resultar em práticas culturais, políticas e pedagógicas solidárias e excludentes (Gomes, 1999, p. 38)

Um dos grandes desafios para a efetivação da educação em direitos humanos é a introdução da temática na formação de professores. Raras são as instituições que realizam um trabalho nesse sentido. O engendramento de uma cultura consciente da importância dos direitos humanos depende dessa ação. Assim ainda é grande o desafio. Do mesmo modo a falta de capacitação dos profissionais da educação e de políticas públicas de educação, e ainda a falta de um programa que oriente a prática da educação ambiental nas escolas, são os principais obstáculos encontrados na implementação da educação ambiental.

O sucesso dessa diretriz só vai ser possível quando houver um crescimento total no respeito a diversidade, direitos humanos e consciência ambiental, é claro que houve melhora, mas ainda temos que dar largos passos para alcançar essas diretrizes.

### **Considerações finais**

O sucesso das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) do Brasil pode ser avaliado a partir de diversos indicadores e aspectos relacionados à implementação e aos resultados dessas diretrizes. O PNE é um marco estratégico que visa orientar o desenvolvimento da educação no país, estabelecendo metas e objetivos para promover melhorias em vários aspectos do sistema educacional. Alguns desses indicativos são avaliar o progresso em relação às metas estabelecidas no PNE, como a ampliação do acesso à educação básica e superior, a melhoria da qualidade do ensino e a redução das desigualdades educacionais. Utilizar indicadores como taxas de matrícula, conclusão escolar, desempenho em testes padronizados e outros dados estatísticos para medir o progresso em relação às metas do PNE.

Mas como foi demonstrado há muitas falhas e muito é preciso fazer para vencê-las. Medir a melhoria no acesso à educação para grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, populações indígenas e residentes de áreas rurais. Avaliar os esforços para reduzir as disparidades regionais e socioeconômicas no acesso e na qualidade

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

da educação. Verificar os avanços na melhoria da infraestrutura escolar, como a construção e reforma de escolas, e a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos. Analisar a alocação e o uso eficiente dos recursos destinados à educação, incluindo a aplicação dos fundos do FUNDEB e outras fontes de financiamento através de gestão democrática com participação de diferentes atores, como gestores educacionais, professores, pais e alunos, na implementação e revisão das diretrizes do PNE.

Se, por exemplo, houve avanços significativos na ampliação do acesso à educação infantil e na redução das taxas de abandono escolar, isso pode ser considerado um sucesso das diretrizes do PNE. Se, apesar dos esforços, persistirem desafios como grandes desigualdades regionais ou a falta de infraestrutura adequada, esses aspectos devem ser identificados e abordados de forma mais eficaz.

Em suma, o sucesso das diretrizes do Plano Nacional de Educação pode ser medido por meio da análise de dados quantitativos e qualitativos que mostram progressos em áreas-chave como acesso, qualidade, equidade e gestão da educação. Avaliar o impacto real das diretrizes no sistema educacional e ajustar as estratégias conforme necessário são passos fundamentais para alcançar os objetivos propostos pelo PNE.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, F.; ORTIGÃO, I.; FRANCO, C. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007.
- AQUINO, Júlio Groppa. *O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão*. AQUINO, J. G. (Org.). In: *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação e da Pedagogia – Geral e do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARENDETT, Hannah. *Between the past and the future*. New York: Penguin, 2006
- BARACHO, H. U. Teoria da Constituição. *Prima Facie*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 12–26, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/4418>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- BARROS, R. P.; Franco, S.; Mendonça, R. *A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*. 14ª edição, Tradução Marco Aurélio Nogueira. —Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]

## ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024* : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL, secretaria da fazenda, *Boletim de Despesas por Função do Governo Geral (Cofog)*, 2023, disponível em [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:48752](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48752), Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público – pé-de-meia*. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>, acesso em 18/nov/2024.

CARVALHO, J. S. F. DE . Os ideais da formação humanista e o sentido da experiência escolar. *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 4, p. 1023–1034, out. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZVMwkbKyWZB4GbjDBmQRKzp/#ModalHowcite> . Acesso em: 27 ago. 2024

DUARTE, R. de C.; DERISSO, J. L. A REFORMA NEOLIBERAL DO ENSINO MÉDIO E A GRADUAL DESCARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 132–141, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i2.21857. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21857>. Acesso em: 27 ago. 2024

ELIAS, Juliana, Com fim do teto de gasto, orçamento da Educação cresce 8% e, da Saúde, 30% em 2024, *CNN, Brasil*, 01/09/2023 às 04:00 | Atualizado 31/08/2023 às 22:38, disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/com-fim-do-teto-de-gasto-orcamento-da-educacao-cresce-8-e-da-saude-30-em-2024/> Acesso em: 26 ago. 2024.

FRANÇA, M. PNE (2014-2024) e o contexto do financiamento público em 2015 a 2018. *Pesquisa e Debate em Educação*, Minas Gerais, v. 9, n. 2. p. 713-740. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/30839>. Acesso em: 16 fev. 2024.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferenças presenciais na escola*, RJ: Zahar 1999.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa Do Analfabetismo No Brasil*. Brasília, DF: MEC. 2000. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/mapa\\_do\\_analfabetismo\\_do\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf) Acesso em: 25 ago.2022

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/> . Acesso em: 19 jun. 2019.

GILDO, C. DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE DURANTE O ANO 2019: UM REFLEXO DO IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO. *Revista Caboré*, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 57–64, 2023. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/revistacabore/article/view/5257>. Acesso em: 26 ago. 2024.

**ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024**

MERLI, A. A. . A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações para a construção de propostas curriculares. *MOVIMENTO - REVISTA DE EDUCAÇÃO* , v. 6, p. 173-194, 2019

MONLEVADE, J. A. C. Recursos públicos para a educação: percentual irrevogável do PIB. In: *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, n. 16, p. 66 – 74, 2014.

RIBEIRO, D. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

RIZZI, E.; GONZALEZ, M.; XIMENES, S. *Direito Humano à Educação*. 2ª ed. Curitiba: Plataforma DhescaBrasil -Coleção Manual de Direitos Humanos, 2011

ROCHA, Gabriel Floriana de Andrade Dutra da; RIBEIRO, Anderson Luiz. VALENTINA: UM OLHAR SOBRE A EVASÃO ESCOLAR PELAS PESSOAS TRANS E A UTILIZAÇÃO DO NOME SOCIAL NA CHAMADA COMO UMA DAS FERRAMENTAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO. *Episteme Transversalis*, [S.l.], v. 14, p. 52-60, jul. 2023. ISSN 2236-2649. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/2856>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SAVIANI, D. *História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa*. In: J. C. Lombardi, D. Saviani & M. I. Nascimento (Org.), *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. (pp. 1029). Campinas: Autores Associados. 2005

SILVEIRA, A. A. D.; SCHNEIDER, G.; ALVES, T. Simulador de Custo-aluno qualidade: Padrão de qualidade de referência, versão 02.2023. *Laboratório de Dados Educacionais*, UFPR; UFG. Curitiba; Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://simcaq.c3sl.ufpr.br/pqr>> Acesso em 27/ago./2024

SOUZA, Dariany Andrade de; BORGES, Heloísa da Silva. Programa Ciência na Escola (PCE):. *e-Curriculum*, São Paulo , v. 21, e54372, 2023 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180938762023000100326&lng=pt&nr m=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180938762023000100326&lng=pt&nr m=iso)>. acessos em 27 ago. 2024. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e54372>.

THÉBAUD-MONY, A.; Druck, G. *Travailler peut nuire gravement à votre santé*. Paris: Éditions La Découverte, 2007

**Autor correspondente:**

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa

EMEF João Leão

Rua Munir Zalaf, 2-199, F-18, Spazio Verde Comendador - CEP 17053-352

Bauru/SP, Brasil

[joebarduzzi@yahoo.com.br](mailto:joebarduzzi@yahoo.com.br)

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

